

STJ00097487

ANA PAULA GOMES PINTO

# REVALIDAÇÃO DE PATENTES

EDITORA LUMEN JURIS  
Rio de Janeiro  
2014

Copyright © 2014 by Ana Paula Gomes Pinto

Produção Editorial  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.  
Diagramação: Surama Faustino

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pela originalidade desta obra  
nem pelas opiniões nela manifestadas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive  
quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184  
e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão  
e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

*Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)*

---

P659p

Pinto, Ana Paula Gomes

Revalidação de patentes. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.  
214 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 171-186.

ISBN 978-85-375-2499-2

1. Propriedade intelectual – Brasil. 2. Propriedade industrial - Brasil.
3. Patentes – Brasil. 4. Medicamentos – Patentes – Brasil. 5. Indústria farmacêutica.
- I. Título.

CDD- 346.810486

575: 991804

# SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES - QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS .....	XIII
LISTA DE SIGLAS .....	XVII
PREFÁCIO .....	XXI
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. PATENTES: UM BREVE REFERENCIAL SOBRE OS CONCEITOS E LEGISLAÇÃO .....	5
2.1 Conceitos .....	5
2.1.1 Conceito de propriedade para o Direito brasileiro .....	6
2.1.2 Conceitos inerentes à Propriedade Intelectual.....	10
2.2 Legislação.....	22
2.2.1 O período anterior à Lei n. 5.772-1971 .....	23
2.2.2 Período de vigência da Lei n. 5.772-71.....	24
2.2.3 ADPIC/TRIPs .....	26
2.2.4 Período de vigência da Lei n. 9.279-96.....	33
3. OBJETIVO .....	41
4. METODOLOGIA .....	43
4.1 Pesquisa Bibliográfica.....	43
4.2 Pesquisa Documental.....	44
4.2.1 Da análise processual.....	45
4.2.2 Da análise das patentes.....	53
4.2.2.1 INPI .....	54
4.2.2.2 European Patent Office - Espacenet.....	63
4.2.2.3 United States Patent and Trademark Office - USPTO .....	66
4.3 Estudo de caso.....	69
4.4 Quadro Sinóptico da Metodologia .....	74
5. QUESTÕES PROCESSUAIS QUE GERARAM	
REFLEXOS NA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS .....	77
5.1 O que foi observado.....	78
5.2 Dos resultados das pesquisas.....	79
5.2.1 Da competência.....	80
5.2.2 Do quantitativo processual.....	82

5.3 Das questões processuais.....	88
5.3.1 Tutelas de Urgência .....	88
5.3.1.1 Tutela cautelar .....	90
5.3.1.2 Antecipação de Tutela.....	91
5.3.1.3 Comparação entre a tutela cautelar e a antecipação de tutela .....	95
5.3.1.4 Liminares .....	96
5.4 Das ações judiciais efetivamente estudadas.....	97
5.4.1 As patentes e os processos judiciais.....	97
a) Patente PP1100829-6 e Processo judicial nº 2003.51.01.540754-7 .....	98
b) Patente PP 1101167-0 e Processo judicial nº. 2005.51.01.507620-5 .....	103
c) Patente PP 1100098-8 e Processo Judicial nº 2007.51.01.803828-5 .....	110
d) Patente PP1100062-7 e Processos judiciais nº 2001.51.01.523210-6. e 2001.51.01524082-6 .....	116
5.4.2 Litigância de Má-Fé.....	124
5.5 Quadro comparativo entre os quatro casos estudados e as observações pertinentes a cada um deles.....	130
<b>6. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.234.....</b>	<b>133</b>
6.1 Controle de Constitucionalidade .....	133
6.2 O que é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI .....	139
6.3 A Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 4234 – ADI 4234 .....	141
6.3.1 Quem provocou e por quê .....	142
6.3.2 Quem propôs a ação .....	144
6.3.3 O objeto da ação.....	145
6.3.4 Os interessados .....	148
6.3.5 As possibilidades de decisão e seus efeitos. ....	153
6.3.5.1 Da declaração de improcedência da ação .....	154
6.3.5.2 Da declaração de procedência da ação .....	154
6.3.5.2.1 Efeito <i>Ex Tunc</i> – retroatividade máxima da decisão .....	156
6.3.5.2.2 Efeito <i>Ex Tunc</i> (retroativo até a data da propositura da ação) .....	160
6.3.5.2.3 Efeito <i>Ex nunc</i> (a partir da data da decisão) .....	163
6.3.5.2.4 Efeito <i>Pro futuro</i> (a partir de data estipulada após a decisão) .....	164

7. CONCLUSÃO .....	167
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	173
9. ANEXO .....	189